

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL

IVAM ROGERIO DELAZARI

**A IMAGEM DE GETÚLIO VARGAS NOS ROMANCES HISTÓRICOS
BRASILEIROS**

CURITIBA

2019

IVAM ROGERIO DELAZARI

**A IMAGEM DE GETÚLIO VARGAS NOS ROMANCES HISTÓRICOS
BRASILEIROS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de especialista do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Profa. Dra. Maurini de Souza

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

**A IMAGEM DE GETÚLIO VARGAS NOS ROMANCES HISTÓRICOS
BRASILEIROS**

por

IVAM ROGERIO DELAZARI

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção de título de especialista do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional, do Departamento de Linguagem e Comunicação (DALIC) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Curitiba, 12 de dezembro de 2019.

Profa. Dra. Maurini de Souza
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima
Membro titular

Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida
Membro titular

O termo de aprovação assinado encontra-se na coordenação do curso.

RESUMO

DELAZARI, Ivam Rogerio. A imagem de Getulio Vargas nos romances históricos brasileiros. 31f. Monografia (Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2019.

O presente artigo tem por objetivo identificar como a figura do ex-presidente Getúlio Vargas aparece em obras literárias e, mais especificamente, nas narrativas ficcionais em que a sua trajetória é polo discursivo. As bases teóricas da pesquisa estão centradas nos escritos de Roger Chartier e de Hayden White, bem como na caracterização do romance histórico. Com isso, busca-se localizar os suportes narrativos que dão vida às obras analisadas e determinar os modos pelos quais elas podem ser interpretadas. A pesquisa se deu por meio da busca em uma livraria eletrônica sobre obras que versassem sobre o político gaúcho. Os resultados mostraram que Getúlio Vargas tem seu nome vinculado a muitos livros, dos mais variados gêneros, sendo os livros de História os de maior quantidade. No entanto, quando o gênero é o do romance histórico, a sua imagem é geralmente associada aos seus últimos dias de vida.

Palavras-chave: Getúlio Vargas, Romance, Representação coletiva, Narrativa histórica.

ABSTRACT

This article aims to identify how the figure of former president Getúlio Vargas appears in literary works and, more specifically, in the fictional narratives in which his career is a discursive pole. The theoretical basis of the research is centered on the writings of Roger Chartier and Hayden White, as well as the characterization of the historical novel. With this, we seek to locate the narrative supports that give life to the analyzed works and to determine the ways in which they can be interpreted. The research took place through the search in an electronic bookstore about works that dealt with the gaucho politician. The results showed that Getúlio Vargas has its name linked to many books, from the most varied genres, being the History books the most. However, when the genre is that of the historical novel, its image is usually associated with its last days of life.

Keywords: Getúlio Vargas, Romance, Collective representation, Historical narrative.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO: CHARTIER, WHITE E O ROMANCE	8
3 RECORTE METODOLÓGICO	20
4 MEMENTO ANALÍTICO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é o de identificar como a figura do ex-presidente Getúlio Vargas aparece em obras literárias e, mais especificamente, nas narrativas ficcionais em que sua trajetória é polo discursivo gravitacional dos textos literários. A escolha de Getúlio Vargas se justifica pelo fato de que ele foi o brasileiro que por mais tempo governou o Brasil em seu período republicano (18 anos), além de ter sido o fundador das bases industrialização nacional, de tal modo que, ainda hoje, o seu nome reverbera no cenário político.

As bases teóricas da pesquisa estão centradas nos escritos de Roger Chartier e de Hayden White, bem como na caracterização do romance histórico. Com isso, busca-se localizar os suportes narrativos que dão vida às obras analisadas e determinar os modos pelos quais elas podem ser interpretadas. Os procedimentos metodológicos utilizados se resumiram a pesquisar um portal eletrônico de venda de obras literárias, novos ou usados, de alcance mundial. Tal escolha recaiu sobre a página da Amazon. Os resultados mostraram que Getúlio Vargas tem seu nome vinculado a muitos livros, dos mais variados gêneros, sendo os de história os de maior quantidade. Quanto ao romance histórico, ele aparece em quatro oportunidades diferentes, e foram essas obras o alvo da presente investigação.

As quatro obras foram escritas por veteranos, mas nenhum deles é historiador ou com formação em história, sendo que a maioria das suas histórias são centradas no suicídio do ex-presidente. Apenas uma se localiza durante o seu período de auge político. Getúlio Vargas tem apelo literário não só por sua imagem histórica perante o povo brasileiro, mas porque a sua vida cabe perfeitamente naquilo que se convencionou chamar de trajetória do herói.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: CHARTIER, WHITE E O ROMANCE

Grande parte dos estudos do historiador Roger Chartier é composta por pesquisas sobre a história das práticas do escrito – cobrindo um período que vai desde os mundos antigo e medieval, até os dias da modernidade – e promove ligações com disciplinas tais como a história do livro, a história dos textos, a história da cultura escrita (CHARTIER, 2010).

Chartier (1991) propugna que a história não devia se limitar a promover o seccionamento dos fenômenos culturais – seus motivos, objetos e práticas – tão somente a partir de bases imediatamente sociológicas ou que os abordassem sob a óptica das divisões sociais previamente estabelecidas, tendo apenas por parâmetro elementos como renda ou classe social. A história deveria promover o cotejamento entre uma “física social”, que prima pelo estudo das posições e das relações, e uma “fenomenologia social”, que se estriba na análise das ações e das interações, procurando superar essa dicotomia, por aquele autor considerada desnecessária, proporcionando assim a construção de novos espaços de investigação sobre as motivações individuais e as restrições coletivas que as condicionam (CHARTIER, 2002).

Sob sua óptica, os eventos socioculturais devem ser percebidos a partir de perspectivas que propiciem uma interação mais aberta entre as obras e as práticas sociais, ou seja, entre a abstração trazida pela interpretação do real e o concreto do mundo social, sendo ambos recepcionados como fatores sensíveis “à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados” (CHARTIER, 1991, p. 173).

No entanto, Chartier (1990, p. 17) reforça a proposição de que não existe construção discursiva isenta, anunciando que as representações do mundo social estão empenhadas em justificar o discurso dos projetos a que estão associadas expressando o interesse dos grupos que as fomentou. As construções discursivas nada mais são do que a condensação das posições e das propriedades sociais objetivas que, exteriores ao próprio discurso, dão substância e sentido aos mais diversos agrupamentos, comunidades, categorias ou classes que formatam o tecido social (CHARTIER, 2002).

O espaço de trabalho coberto pelo historiador francês repousava sobre três polos de atração que, muito embora fossem separados por tradições acadêmicas diversas, formavam uma estrutura sólida de análise, conforme enumerado a seguir

(CHARTIER, 1991): o estudo crítico dos textos, decifrados nos seus agenciamentos e estratégias; a história dos livros e de todos os objetos que contém a comunicação do escrito; a análise das práticas que, dos mais diversos modos, se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas.

Ressalte-se que as suas críticas aquilo que ele mesmo chama de “tirania social” e a proposição de uma “história cultural do social” o expôs a julgamentos e censuras por parte de diversos segmentos do estudo da história no Brasil, principalmente entre os correligionários da história social (CARVALHO, 2005).

Em sua concepção, a sociedade do início do século XXI, a despeito dos avanços tecnológicos no campo da telemática e da impressão, ainda é tributária da ideia pela qual o livro é um conceito que encerra em si, concomitantemente, tanto a concretude de um objeto material quanto a subjetividade de uma obra intelectual ou formato estético relacionados a uma dada autoria (CHARTIER, 2002b).

Isso implica aceitar que o livro ocupa um lugar especial no arcabouço cognitivo da sociedade moderna porque, para além de um objeto com seus respectivos valores de venda e de uso, ele também se coloca como reservatório de um conjunto de ideias, saberes e valores que, por alguém, em alguma parte, em um dado momento, será alvo de um juízo de validade.

De acordo com Chartier (1998), é em seu formato de códex – definido como uma obra composta por folhas dobradas, reunidas, geralmente numeradas e encadernadas – que o livro vai passar a influenciar na determinação dos gêneros e na categoria dos discursos, organizando a forma pela qual o leitor se relaciona com a prática de ler.

O livro sempre foi o vetor de algum sentido de ordenação, podendo ser essa a da sua lógica de decifração, ou da sua estrutura de compreensão ou, mesmo, até de concessão de autoridade por parte daqueles que permitiram ou fomentaram a sua publicação e leitura (CHARTIER, 1998).

No âmbito dessa realidade, ainda conforme Chartier (2002b), a evolução histórica da figura do autor bem espelha as formas pelas quais os conteúdos – e, conseqüentemente, os livros – foram tratados pela sociedade e, claro, pelos donos do poder. Numa trajetória que vai da punição pela disseminação de ideias até a proteção dos direitos autorais, a cultura da escrita mostra-se indissociável da violência que a acomete.

Segundo Chartier (1998), a posição do autor é algo deveras precária, sendo esta tributária de uma variedade de dependências e limitações, que vão desde as suas necessidades e carências até às vicissitudes às quais os atos de compor e publicar estão sujeitas, somente vencidas essas etapas é que se terá condições de avaliar o quão é concebível, comunicável e decifrável a obra elaborada.

O que coloca o ato de escrever como resultado de uma opção política de disseminação – ou não – de ideias, na qual o autor se coloca como que presenteado por uma dívida fatal, sendo então condenado quando suas ideias são contrárias ao poder dominante ou lesado em seus direitos quando do seu sucesso.

A figura do autor é peça-chave no entendimento histórico da prática de ler, uma vez que esse é o elemento que vai se colocar como nódulo de convergência entre todos os questionamentos concernentes à relação entre o estudo da produção de textos e ao processo de sua transformação em uma obra e, não menos importante, em sua conexão com os seu leitores (CHARTIER, 1998).

E no que tange às ideias do historiador francês sobre o processo de leitura e dos estudos dessa prática, a sua argumentação seguia no sentido de reconhecer que, mais do que a adoção de uma análise puramente semântica do texto, as formas também eram peças-chaves para a construção do sentido (CHARTIER, 1991).

Para esse pensador, a leitura é um ato de apropriação no qual são transformados e inventados novos significados para aquilo o que se lê, a tal ponto que, após apreendido pela leitura, o texto já não possui mais as noções imaginadas pela autoria, pelos editores ou comentadores, ao menos não totalmente (CHARTIER, 2002b).

Contudo, ainda segundo Chartier (2002b), esse não é um processo estático ou padronizado, pelo contrário, é fortemente mediado pelos predicados individuais do leitor e pelas circunstância, tais como o momento e a localidade, que determinam o ato de ler.

Além do mais, Chartier (1991) aceitava que não só o texto, mas também os dispositivos do objeto tipográfico também afetavam a qualidade da significação de uma mensagem textual afetando os seus estatutos quando seus perfis eram modificados, ou seja, tanto quanto de um conteúdo, leitura também é função de forma.

Curiosamente, essa ideia reaparece em Chartier (2002), quando da republicação do texto original em um novo formato de apresentação, onde ele novamente defende que os autores não escrevem livros, eles fazem composições que são transformadas em livros e isso, segundo aquele autor, faz toda a diferença, uma vez que o formato exterior de uma obra condiciona as expectativas do leitor ante ao texto, seja para cativar o seus leitores mais antigos seja para conquistar outros novos. Não à toa que o próprio Chartier (2010, p. 22) declara: “A historicidade primeira de um texto é a que lhe vem das negociações estabelecidas entre a ordem do discurso que governa sua escrita, seu gênero, seu estatuto, e as condições materiais de sua publicação”.

De igual modo, como a prática da leitura é também um fenômeno representacional, derivado da justaposição de um conjunto de percepções sociais, ela também é resultado de uma mescla de conflitos e de contradições que se manifestam como formas de poder e de dominação (CHARTIER, 1990), ou seja, os predicados da prática social de leitura existentes numa dada sociabilidade é retrato do projeto de sociedade vencedor.

Sendo que esse processo, essencialmente dialético, mostra-se marcado pelas mais diversas clivagens, que vão desde a proporção relativa entre os que leem e os que não leem, passando por aqueles que dominam com destreza a leitura e os que com ela não possuem muita familiaridade, até “as expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores investem na prática de ler” (CHARTIER, 1991, p. 179).

De todo o modo, desde o Século XVIII, a história da leitura é a história da liberdade de se ler. Seja no sentido estrito, dado pelos fins das amarras espaciais promovidas pelo surgimento do códex, seja no sentido figurado, por conta do aumento da tolerância oficial com o que se era publicado (CHARTIER, 2002b).

Ressalte-se que, de acordo com o atual discurso hegemônico, a formação do leitor é um processo que anseia pela formação de um indivíduo que se mostre um leitor assíduo, competente, autônomo, ativo ao mesmo tempo em que reflexivo e que seja propenso a sentir prazer com aquilo que lê (CARVALHO, 2015).

Em adição a isso, não é possível compreender o ato da leitura sem recepcionar o fato de que esse é – ainda que se expresse como uma característica individual – uma prática social que incorpora em si uma vasta gama de gestos, espaços, preferências, competências e hábitos (CHARTIER, 1991).

A prática da leitura é uma representação histórica e socialmente construída, na qual há padrões e sentidos comuns que sofrem a influência dos mais variados determinantes que, de modo ininterrupto, moldam o seu formato (CARVALHO, 2015) e, nesse contexto, o livro, como objeto relacional do ato de leitura, não passa incólume.

Nas palavras de Carvalho (2015), ao conferir sentidos ao que se lê, o leitor passa a agir como um coautor da obra lida, modificando os significados a partir do seu estoque cognitivo e da realidade na qual está inserido, expandido o seu alcance para além daquele originalmente estabelecido pelos autores.

Por sinal, a leitura e a expressão da escrita colocam-se até como dimensão de qualificação do estágio de desenvolvimento de uma nação. Chartier (1990), analisando a evolução do Estado moderno, vincula a esse processo o modo pelos quais os governos se relacionavam com os seus súditos ou cidadãos, partindo de uma comunicação essencialmente vocalizada, com a leitura restrita a um círculo de notáveis, para a opção pela documentação escrita que, paulatinamente, vai expandindo o seu estoque de consumidores.

Carvalho (2015) avança nessa proposição ao declarar que um dos pilares de uma sociedade democrática é a popularização da leitura e a ampliação dos seus espaços de divulgação e de incentivo, tanto em seu aspecto quantitativo quanto sob o prisma qualitativo.

Contudo, Chartier (2002b) joga luzes por sobre como o avanço tecnológico vai afetar a formação desse leitor. Ele questiona que se, ainda no medievo, a emergência do códex transformou de modo radical o uso dos textos e, claro, o relacionamento do ser humano com a leitura, o quanto as plataformas digitais vão modificar essa mesma mediação.

Tal constatação tem por fulcro o fato de que ler um códex não é, nem de longe, como ler numa tela de um processador computacional que tem à sua disposição as mais variadas ferramentas interativas. Da composição até às relações de contiguidades existentes são revolucionadas por conta desse deslocamento do físico para o digital (CHARTIER, 1998).

No alvorecer do século XXI, a composição de textos encontra-se em um constante estado de perturbação, tendo em vista que as mudanças tecnológicas vêm abalando os fundamentos da escrita, principalmente a sua reprodução e disseminação, o que afeta, por tabela, a prática de ler (CHARTIER, 2010).

Neste trabalho, outro autor fundamental para nossa análise é Hayden White. Em primeiro lugar, torna-se mister deixar claro que suscitar questões por sobre a natureza da ação narrativa é, como diria White, também especular sobre a própria natureza da cultura e, numa posição mais densa, explorar a própria natureza humana (WHITE, 1992).

Ainda segundo White (1992b, p. 11), o trabalho histórico consubstancia-se como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”, expressando a combinação de um volume de dados com um conjunto de conceitos teóricos por meio de uma estrutura narrativa que se apresenta como uma sequência de eventos passados tidos por verdadeiros.

Logo, uma narrativa histórica é, simultaneamente, uma apresentação e uma interpretação de uma miscelânea de eventos que se sucedem e que são, também ao mesmo tempo, considerados irreduzíveis, a depender dos parâmetros de seleção do narrador, e incompletos, uma vez que nem todos os seus elementos constituintes podem estar presentes (WHITE, 1994).

Ainda assim, uma forma adequada de se focar a narrativa é a de percebê-la como um metacódigo, uma universal humana que permite que as mais diversas mensagens transculturais acerca de uma dada realidade comum possam ser transmitidas aos mais sortidos destinos sendo então compreendida (WHITE, 1992).

Uma abordagem narrativista da História, conforme identifica White (1994), para que possa conferir qualquer contribuição ao entendimento da realidade, é esperado que ela deva ser composta por um elevado grau de empiricidade e que esteja aberta a mecanismos de verificação e de validação. Esse posicionamento, geralmente, é defendido por grupos que possuem uma visão mais literária da explicação historiográfica.

Considere que ao historiador interessa apenas explicar o que aconteceu no passado por meio de uma pormenorizada e precisa descrição dos eventos exatamente do modo como ele aconteceu, buscando deixar claro em que momentos ele está descrevendo e onde está interpretando o fato histórico (WHITE, 1994).

Por isso que White (1992) se preocupa em lembrar que a narrativa possui um quantitativo maior de condicionantes e restrições quando em comparação com formas mais abertas de expressão, tais como o discurso, defendendo que a distinção entre este e aquela reside basicamente em suas estruturas gramaticais.

Não é errado assumir que, do ponto de vista da evolução do sistema social – que vem a ser definido como um conjunto de relações humanas regidas por uma estrutura legal – o desenvolvimento de uma capacidade narrativa ombréia o surgimento e a ampliação de uma consciência histórica (WHITE, 1992).

White (1994) também defende que, no âmbito da historiografia, a interpretação aparece sob três formas distintas: esteticamente, quando da escolha da estratégia narrativa; epistemologicamente, no momento de opção do paradigma explicativo e eticamente, durante a seleção da estratégia de identificação das implicações ideológicas daí decorrentes.

Ressalte-se que os críticos da historiografia veem como práticas interpretativas até mesmo o inventário dos fenômenos que constituem a crônica da narrativa, não sendo os fatos históricos verdadeiros dados sujeitos a análise, mas sim seleções prévias daquilo o que o historiador considera relevante (WHITE, 1994). Apesar disso, White (1994) assume o risco de classificar os modelos de concepções explicativas historiográficas da seguinte forma:

- A idiográfica – Onde a observação dos fenômenos serve para sustentar generalizações que se prestariam a caracterizar de modo semelhante os mais distintos contextos, desde que aparentem possuir perfis semelhantes;
- A contextualista – Conforma-se pela integração de fenômenos distintos em termos pretensamente gerais, ainda que guardem consigo suas particularidades, elas podem ser vistas como que integrantes do mesmo “contexto”;
- A organicista – É marcada pela necessidade de integrar os mais diversos “contextos” e interpretá-los como parte de um mosaico maior, a História,
- A mecanicista – Enfoca todo o processo histórico do modo integrado do organicismo, mas procura predizer a forma da fase seguinte com base em leis gerais de causa e efeito.

De modo resumido, é possível também classificar os modos pelos quais os historiadores interpretam os seus materiais de trabalho em duas grandes correntes: a que escolhe uma estrutura de enredo que permita a identificação das formas

narrativas assumidas e a que opta por um paradigma de explicação que propicia a articulação dos argumentos de um modo específico (WHITE, 1994).

A posição acima também é ratificada em White (1992b), mas com o aviso de que tais modos não podem ser justapostas de uma forma indiscriminadas, sem método algum. Por sinal, vale a pena ressaltar a sintomática declaração do próprio White de que:

Diferentemente da física depois de Newton ou da química depois de Lavoisier, a história continua sendo um campo de estudo sem imagens geralmente reconhecidas das formas que a análise deve assumir, da linguagem em que as descobertas devem ser comunicadas e das técnicas de generalização e verificação a serem utilizadas para o estabelecimento das verdades de suas descobertas (WHITE, 1994, p. 90)

Desse modo, tem-se que a narrativa histórica, muito embora seja uma poderosa ferramenta de comunicação e legitimação, ainda é uma construção em aberto, carente de um maior volume de debates e de mais precisão em seus conceitos.

Desde a Antiguidade, seguindo uma tradição iniciada por Aristóteles e Tucídides, História e Ficção são colocadas em lados opostos da arena narrativa: a primeira, como o discurso sobre o que realmente ocorreu e a segunda, como algo fantasioso (PESAVENTO, 2000). Contudo, conforme advoga Pesavento (2000), é preciso considerar que a construção da narrativa histórica, uma vez que ela ocorre posteriormente ao fenômeno aventado, não está livre da adição de pontos ficcionais, entendendo esses como a capacidade da imaginação criadora de reconstrução do passado.

Afinal, a elaboração de uma história objetiva, linear, factual e progressiva é um desiderato por demais idealizado, isso porque não existe uma realidade única, cristalina e já restrita ao passado, que tem nos arquivos e nos documentos históricos os seus únicos depositários fieis (FUKS, 2016).

Mesmo assim, de acordo com Martins (2016), a História e a Literatura se dirigiram no sentido de estabelecerem um conjunto de dissimilaridades entre si, muito embora elas tenham em comum muito mais do que se pode imaginar, principalmente no que tange ao compartilhamento de diversos saberes que constituem o edifício da linguagem.

Segundo Fucks (2016), ainda que seja praticamente impossível precisar o momento de surgimento do romance, não é de todo errado defender que a sua ascensão é tributária da emergência daquilo o que é chamado de realismo. Quando a sociedade europeia começa a deixar para trás os resquícios culturais do medievo, o romance começa desfrutar de uma maior influência por sobre as formas literárias.

De todo modo, não é equivocado ver o romance histórico como a projeção no mundo moderno da epopeia da antiguidade, onde o dado histórico é misturado ao discurso ficcional, como forma de legitimação do recurso estético, e tem por finalidade dar ares heroicos ao contexto de formação de uma nacionalidade (VASCONCELOS, 2011).

O romance histórico tem por características principais a construção de grandes painéis históricos, que seguem uma linha cronológica dos acontecimentos e se vale de fatos históricos para conferir alguma veracidade à narrativa, onde personagens reais são envolvidos, podendo mesmo participar de diálogo, além de também conceder aos seus personagens centrais o “direito” de participar, mesmo que indiretamente, dos acontecimentos históricos (LUCÁKS, 1983).

A reconstituição do ambiente histórico por alguém que não esteve presente em seu desenlace, calcado em documentos e depoimentos, requer uma forte carga de idealização por parte de quem a opera, do mesmo jeito que a busca por legitimação da fala ficcional em bases históricas solicita de quem escreve um pesado estoque de conhecimento dos fatos passados.

Um romance é uma teorização do real, onde as mais diversas práticas discursivas se chocam, se repelindo ou se agregando, e vão constituir um microcosmo interpretação do real ao sabor da visão de mundo daqueles que têm o privilégio de serem interceptados pela referida obra textual (FUKS, 2016).

A linha de separação entre esses gêneros continua sendo o mesmo que há entre a Ciência e as demais formas de interpretação da realidade, a validade metodológica dos enunciados, quadro que Martins ilustra da seguinte forma:

É bem verdade que há diferenças de ritmos, de estratégias para romper os obstáculos e do próprio modo de enxergar o caminho, pois enquanto a história – pelo menos durante muito tempo – pretendeu construir um terreno liso, simétrico, legível e decifrável, a literatura construiu-se em percursos oscilantes ao experimentar e misturar texturas, olvidando-se pelas vegetações existentes e forjando outras para enfeitar ou confundir a leitura do modo como passeia pelos sentidos (MARTINS, 2016, p. 76)

Logo, a construção de uma história fictícia que se fie em dados reais é uma necessidade primeira para quem se aventura na composição de um romance histórico, mas. Todavia, esse requisito de fidelidade às descrições e às informações históricas, ainda que estejam em acordo com o que pede a conceituação do romance histórico, não deve, em nome da necessidade de coerência interna de gênero narrativo, ser encarado como uma maça que prende o autor ao chão entretanto, isso porque ele também precisa vivificar a sua obra concedendo alguma liberdade às suas personagens (VASCONCELOS, 2011).

Mesmo assim, não há como negar que ao se por em movimento um esforço da imaginação criadora para recriar uma ambiência ou uma realidade situacional, a fim de dotá-la de uma coerência e produzir significados, ou seja, criar um efeito do real é uma função comum tanto ao historiador, como ao romancista ou ao cineasta (PESAVENTO, 2000).

Para o romance é crucial a questão sobre o que é verossímil, uma vez que é da mais extrema importância dar à narrativa um valor de fidelidade à experiência humana, o que requer um maior respeito à individualização das personagens e um maior cuidado com a descrição dos ambientes (VASCONCELOS, 2011).

O romance deve ser recepcionado como uma forma de estetização do real, refletindo, ao mesmo tempo, uma projeção distorcida do mundo, alongando-se no sentido das crenças de quem o compõe, bem como uma nova especulação empírica sobre o que é a realidade e sobre o que vem a ser a escrita (FUKS, 2016).

Ao se afastar da fantasia e assumir-se como uma ficção, o romance histórico procura se estabelecer como algo entre o fantástico e a realidade, algo que não é verdade, mas, tampouco, pode ser categorizado como mentira, expandindo o seu raio de alcance da referência para o possível (MARTINS, 2016).

Contudo, o romance histórico não pode ser considerado uma “terra de ninguém”, na fronteira entre o real e o inacreditável, recebendo ataques de todos os lados, pelo contrário. Ao apropriar-se de um conjunto de procedimentos que, por negação, deixa explícito o que ele é e que lhe confere algum grau de plausibilidade, ele se constitui claramente como um gênero de compreensão do mundo ao seu redor.

Vale a pena registrar que o romance – mais ainda o histórico – guarda outra similaridade com as origens positivistas da historiografia moderna: a crença de que a

experiência própria é um artifício válido de apreensão e compreensão daquilo que é concreto e real (FUKS, 2016).

Não por acaso, a captura e a remodelagem da realidade para fins interpretativos é a aresta que coteja a realidade histórica e a realidade ficcional e o elemento emulsificador desse processo é a necessidade de legitimação perante o leitor. Nesse sentido, Pesavento declara que:

Há uma reconfiguração temporal que se estabelece e que, mesmo tendo em vista o distanciamento entre "o que aconteceu" e "o que poderia ter acontecido", trabalha com o que se chama "efeito de real". Se o texto histórico busca produzir uma versão do passado convincente e próxima o mais possível do acontecido um dia, o texto literário não deixa de levar em conta esta aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente (PESAVENTO, 2000, p. 57).

White (1992), de forma indireta, estabelece um limite entre o histórico e o ficcional ao afirmar que aquela é definida pelo tratamento adequado das provas, análise crítica desses elementos, devendo respeitar a ordem cronológica dos eventos e a sequência original dos acontecimentos, sempre mantendo à vista as relações entre as causas e os efeitos.

Pesavento (2000) também deixa claro que ao se colocar frente a frente discursos tão díspares quanto o histórico quanto o ficcional, torna-se patente que há pontos de tangências entre esses dois, uma vez que uma observação mais detida sugere que, em suas fronteiras, ambos partilham características comuns. Não por acaso que Vasconcelos afirma que:

Entretanto, com a aproximação do olhar, os pequenos quadros revelam o elemento humano e a verossimilhança vai ceder terreno à verdade; pois, se o passado histórico de um povo pode ser investigado em partes que se completam para formar um todo, aproximar o olhar de cada parte pode revelar também um todo particular, capaz de transfigurar-se em diversas formas, de acordo com o subjetivismo do observador. É essa a ação realizada pelo romance: encontrar uma ou outra forma e dar-lhe vida, trabalhando em alguns momentos com a imaginação, em outros, com a realidade (VASCONCELOS, 2011, p. 125)

De modo análogo, a emergência de uma nova historiografia, que se pretenda autocrítica e que venha a reformular os seus compromissos, exige o estabelecimento de compreensões de seu processo de recuperação do passado, o que redundará em contínuas e distintas representações do mesmo (MARTINS, 2016).

O passado não pode mais ser visto como algo dado, impassível ante às mudanças sociais processadas no presente, sendo então alvo de reavaliações e reconstruções permanentes, que variam em decorrência das correlações sociais de força, mas sem, em momento algum, perder seu compromisso com o método científico. Afinal, ainda nas palavras de Martins (2016), o estudo da História é, por excelência, uma arena discursiva permeada por contradições conflitos e relações de poder, o que vai requerer uma clara compreensão de que a escrita da história é uma ação dialética e intencional na qual o agente e o ambiente se imbricam mutuamente.

3 RECORTE METODOLÓGICO

A assunção de referenciais teóricos – simbólicos ou axiomáticos – aponta diretamente para as formas como os dados de trabalho serão processados no interior da pesquisa científica (PEREIRA, 2004). Dessa forma, ao tomar como elemento de análise os títulos lançados que se referenciam em um dado verbete e que estão dispostos à venda em uma determinada rede digital de venda de livros, está se assumindo que a interpretação passará, ao menos, pela contagem da quantidade de eventos.

Todavia, este trabalho não se resumiu tão somente a isso. Ele procurou também categorizar essa busca, quantificar as classes, separar a classe de interesse e, finalmente, descrever os elementos vinculados a essa última.

Somente após isso é que se pode interpretar os resultados obtidos por meio do cotejo da qualificação acima descrita com as teorias que embasaram o este esforço intelectual: as representações coletivas de Roger Chartier, a narrativa histórica de Hayden White e o conceito de Romance Histórico. Tudo isso para se atingir o objetivo principal desta pesquisa de identificar os papéis de Getúlio Vargas enquanto objeto de interpretação histórica por meio do Romance Histórico.

Obviamente, a pesquisa começou pela identificação de sua fonte de dados. Uma vez que a necessidade estava circunscrita à definição do lugar de referência para a indicação das obras vinculadas, a escolha seguiu no sentido de um *locus* que pudesse fornecer um inventário de obras atinentes ao tema que fosse o mais recente possível.

Por isso que a escolha recaiu por sobre a página eletrônica da Amazon. Esse portal digital é um dos maiores vendedores de livros do planeta e tem em seu acervo desde obras usadas e raras até as novidades do mercado editorial, principalmente no Brasil.

Como a pesquisa versava sobre a figura do ex-presidente Getúlio Vargas, a regra de seleção foi analisar apenas os resultados relativos ao nome do citado, mas apenas aquelas obras que se referissem à pessoa física e não à Fundação Getúlio Vargas, entidade de ensino superior sediada na cidade do Rio de Janeiro (RJ). No momento seguinte, a triagem foi feita a partir da classificação dos textos em categorias:

- Obras de História – livros que descrevessem ou analisassem eventos históricos nos quais o pesquisado estivesse presente ou fosse protagonista, mas que não fossem centrados em sua própria vida;
- Biografias – Obras biográficas relativas ao pesquisado;
- Biografias de outras pessoas – Obras biográficas em nome de terceiros que carregassem o nome do pesquisado na capa;
- Religioso – Obras de caráter confessional que se relacionassem com o pesquisado;
- Autoria própria – Obras escritas ou assinadas pelo pesquisado;
- Narrativas de ficção – Obras de ficção vinculadas ao nome do pesquisado.

Os textos de interesse e que foram selecionados para a análise foram os que entraram nessa última categoria. A partir deles que foram feitos os Resumos narrativo e interpretativo. No Resumo Narrativo é feito apenas uma descrição rápida das obras e dos seus autores e no Resumo Interpretativo uma condensação das impressões obtidas pela leitura.

4 MEMENTO ANALÍTICO

Nesta seção será promovido um rápido debate sobre os resultados das pesquisas realizadas no âmbito deste trabalho. Tal exercício de especulação está dividido em três partes: a Pesquisa eletrônica, que mostra quantos livros que relacionam com o verbete “Getúlio Vargas” foram localizados na página da Amazon; o Resumo narrativo, que descreve os romances que têm no Sr. Vargas um personagem de referência e Resumo interpretativo, que registra as impressões identificadas por esta pesquisa.

A pesquisa realizada na página eletrônica da Amazon (www.amazon.com.br), que é uma empresa virtual de venda e distribuição de livros de abrangência internacional, em seu domínio nacional, retornou à existência de 409 (quatrocentos e nove) referências vinculadas ao verbete “Getúlio Vargas”.

No entanto, a grande maioria das menções identificadas durante a busca se vincula à Fundação Getúlio Vargas – entidade de ensino e pesquisa de nível superior sediada na cidade do Rio de Janeiro – não atendendo assim às necessidades deste trabalho acadêmico. De toda a sorte, foram localizados 110 (cento e dez) títulos que se relacionavam diretamente com a história do ex-presidente.

Desse total, a maior fração é composta por obras da História do Brasil que se debruça sobre aspectos dos dois mandatos presidências do Sr. Vargas, ao todo foram 53 (cinquenta e três) livros identificados. Logo em seguida aparecem as biografias do antigo mandatário. Foram catalogados 27 (vinte e sete) livros nessa categoria.

O Presidente Vargas também é referência em cinco obras que se destinam a expor a biografia de outras pessoas, fato que aponta para um prestígio ainda vigente em torno do referido mandatário. Contudo, o mais inusitado foi a localização de uma obra de caráter religioso que versa, a partir da perspectiva kardecista, sobre as implicações espirituais do seu suicídio, Canutti (2006).

Vale ressaltar que, ainda que o ex-presidente tenha deixado outros títulos de lavra própria, durante a pesquisa promovida, somente foram localizados duas obras de sua própria autoria dispostas à venda na referida página eletrônica, a saber: Vargas (1964) e Vargas (1952).

Por fim, foram encontrados quatro romances que tiveram no Sr. Vargas o seu principal elemento de referência, conforme abaixo descrito:

- **Agosto** (FONSECA, 1990);
- **O homem que matou Getúlio Vargas** (SOARES, 1998);
- **O silêncio dos afinadores** (RODRIGUES FILHO, 2016);
- **A festa de Vargas** (SILVESTRE, 2019).

Ainda que essas sejam obras ficcionais, elas estruturam toda a sua narrativa a partir do referencial histórico conformado pela pessoa do ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas, sendo que a primeira das obras acima ambientada nos últimos dias de vida do político, as duas seguintes no transcorrer de sua trajetória e a última em seu momento de maior poder: o Estado Novo.

Interessante é que poucos são os vultos históricos que conseguem alcançar essa proeza. Provavelmente, no campo da política institucional, somente os dois imperadores brasileiros e o ex-presidente Juscelino Kubitschek tenham conseguido se aproximar desse nível de destaque.

Conforme já antecipado, neste espaço do texto é promovida uma análise descritiva e interpretativa dos livros identificados na etapa anterior como romances na trajetória política do ex-presidente Getúlio Vargas, a fim de se extrair a forma como os autores promoveram a integração entre o fato histórico e a situação ficcional.

AGOSTO

Esta obra foi escrita pelo célebre escritor Rubem Fonseca, em 1990, e tem como pano de fundo a sequência de fatos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Entremeando ficção e realidade, a narrativa enreda a ocorrência de um crime com a crise política que assolava o país. O ponto de ignição é dado pelo assassinato do empresário ficcional Paulo Gomes de Aguiar. O caso é conduzido pelo comissário Alberto Matos que, além de ser atormentado por uma úlcera gástrica, ainda sofre com a desconfiança de seus colegas corruptos e com as desventuras de um triângulo amoroso no qual está envolvido. O elo entre o assassinato da ficção e o desenrolar dos fatos históricos é uma suspeita da participação do Sr. Gregório Fortunato, homem forte da guarda pessoal do

presidente, então já envolvido com a morte do Major Vaz na Rua Toneleros, no assassinato do Sr. Gomes de Aguiar.

Personagens coadjuvantes, como o empresário Pedro Lomagno (fictício) e o Senador Victor Freitas (fictício) se revezam com pessoas reais, como o próprio Gregório Fortunato para estabelecer pontes entre a fantasia e a realidade. A tragédia dá o tom por todo o romance.

A técnica narrativa promovida pelo autor dá um forte senso de verossimilhança ao texto. Narrado em primeira pessoa, os diálogos respeitam as diferenças discursivas e lexicais de cada um dos personagens, independentemente de suas origens sociais.

Em 1993, a obra foi adaptada para a televisão e foi reproduzida em formato de minissérie, em horário nobre, pela Rede Globo de Televisão, tendo em seu elenco grandes nomes da teledramaturgia nacional.

O HOMEM QUE MATOU GETÚLIO VARGAS

Escrita pelo apresentador e comediante Jô Soares, a obra possui um texto tão anarquista quanto o seu protagonista, o sérvio-brasileiro Dimitri Borja Korozec que, além ser o desastre em pessoa, é detentor de polidactilia, ou seja, um dedo a mais nas mãos. O seu vínculo com o ex-mandatário brasileiro é o fato de sua mãe ser meia-irmã do velho caudilho. Toda a trama se estende desde o seu nascimento até o fatídico 24 de agosto no ano de 1954 quando, um decidido Korozec entra furtivamente no quarto do presidente para assassiná-lo, quando se apresenta a sua contumaz inaptidão para fazer as coisas corretamente e algo dá errado.

Entre essas datas, Korozec participa indiretamente de uma série de eventos nos quais ele poderia ter modificado os rumos da História mundial. Do império Austro-húngaro até os Estados Unidos, poucas são as nações que não têm seus destinos quase mudados pelo desastrado anarquista. Mas o ponto alto da trama é o ódio devotado pelo personagem ao ex-presidente Vargas, a quem considera um tirano.

A obra tem o seu humor concentrado nas peripécias e desventuras do protagonista e esse é o seu ponto forte. Como de praxe, Soares se utiliza de uma narrativa em terceira pessoa e sustenta a sua força com uma ambientação e historicização rigorosa, principalmente na fase europeia do romance.

O texto consumiu dois anos de leitura por parte do autor, que lançou mão de algo em torno de 80 livros como referência para a sua pesquisa e exigiu um extenso regime de escrita. Ficou no ar uma possível adaptação para o cinema.

O SILÊNCIO DOS AFINADORES

Escrito pelo economista Edison Rodrigues Filho, o romance tem por núcleo central as memórias de um membro da fictícia sociedade secreta Farol da Humanidade, uma organização que tem por finalidade o monitoramento da situação política de todos os países do mundo, em especial, aqueles que seriam considerados como tiranias.

Esse agente, cujo nome é Ruperto Maschiantonio, tem como disfarce a atividade de afinador de piano, o que vem bem a calhar, dado o silêncio, a atenção e a argúcia fina serem características adequadas tanto para essa finalidade quanto para a sua ação como espião.

A narrativa é inicialmente ambientada no Brasil dos anos 1930, em pleno período de ascensão do getulismo, o que faz o protagonista qualificar o então ditador brasileiro como mais um dos alvos da sua entidade.

No entanto, o processo de coleta de informações, no qual o herói conta com o auxílio de um agente infiltrado no Palácio do Catete, vai mostrando a ele que o ex-presidente se movimenta mais em reação aos desafios impostos pela realidade do que por um motivo pessoal ou por razão intrínseca ao seu caráter.

Dessa forma, ao perceber como o ditador encara as conspirações, o avanço da 2ª Grande Guerra, o movimento dos correligionários e dos adversários, bem como de toda sorte de interesses menores, ele vê que o demônio não é tão feio quanto se pinta e passa a ter outra visão do velho caudilho, passando mesmo a nutrir uma pálida admiração.

No entanto, o ápice do romance é a crise político-militar que se avoluma no decorrer do segundo mandato do então presidente constitucional e que vai culminar no seu suicídio na noite de 24 de agosto de 1954.

O curioso é que a dinâmica da leitura se desenvolve de um modo em vai se mostrar que o circunspecto Ruperto Maschiantonio não é, necessariamente, o verdadeiro personagem central da história, mas sim outro que, tão silencioso quanto, sempre se mostra majestosamente presente.

A FESTA DE VARGAS

O ponto focal do romance é a festa organizada pelo *staff* do Estado Novo em comemoração ao aniversário do ditador Getúlio Vargas e o vetor da narrativa é uma senhora da alta sociedade do Rio de Janeiro, então capital do país. Apesar da agitação causada pelo evento, a Cidade Maravilhosa não é necessariamente um berço esplêndido no qual se possa descansar, havia algumas semanas o Movimento Integralista, de inspiração nazifascista, tinha investido, sem sucesso, contra o governo Vargas.

Mas esse período é aquele que antecede ao início da Segunda Grande Guerra, a Áustria havia de ter sido anexada e a Wehrmacht já vinha mostrando seus dentes e seus músculos ao mundo. No entanto, apesar de toda a preocupação da protagonista, que, apesar de um inglês sofrível, se valia de um aparelho de rádio amador para coletar informações sobre a situação geopolítica, a preocupação do Distrito Federal era com a Festa de Vargas.

Vale ressaltar que a narrativa organiza cronologicamente os fatos históricos de forma própria, não seguindo, estritamente, a sua sequência temporal. No entanto, ela não deixa de transmitir a agonia da protagonista com a desproporcionalidade entre o clima de folia e a conjuntura política.

Diferentemente das outras três obras aqui elencadas, essa é a única que aborda a figura de Getúlio Vargas no auge do seu poder, em toda a sua plenitude de ditador reformista, em toda a sua “glória” como um déspota esclarecido que está começando a transformar um país atrasado numa potência industrial. À base de ferro e fogo, claro.

O conto é de autoria do repórter Edney Silvestre, que pertence ao quadro de jornalismo da Rede Globo de Televisão, e faz parte da Coleção Identidade da Amazon que vem a ser composta por aqueles que a gigante da internet considera os mais relevantes autores contemporâneos brasileiros.

RESUMO ANALÍTICO

Getúlio Vargas foi o brasileiro que por mais tempo governou o Brasil em seu período republicano – foram 15anos como ditador e mais quatro como Presidente

constitucional – sendo um dos maiores ícones da política nacional ainda na virada do século XXI.

A sua figura já foi retratada nas mais diversas mídias e nas mais diversas formas de representação artística. Do rádio à televisão e do teatro até a música, o nome Getúlio Vargas já se fez presente. Por isso não foi surpresa a identificação da quantidade de obras que surgiram na página eletrônica da Amazon quando da procura feita com o seu verbete.

Por conseguinte, a localização de quatro obras referenciadas em sua vida era algo já esperado. Afinal, “Agosto” e “O homem que matou Getúlio Vargas” são obras de relevo nacional e internacional. Por sua vez, as outras duas, embora menos afamadas apenas reforçam a impressão criada pelas primeiras. Não há como negar, Getúlio Vargas é um ícone. Ressalte-se que todos os escritores dessas obras são profissionais das letras, nenhum deles é um iniciante. Nenhum desses quatro são historiadores.

Contudo, ele é uma grande expressão da política nacional, mas o seu suicídio potencializa esse feito. Não por acaso que dos quatro livros, três se localizam historicamente em torno da fatídica data da sua morte, “Agosto” mais especificamente, é todo construído em razão desse evento, ao passo em que “O homem...” e “O silêncio...” tem nessa efeméride o seu clímax.

Já “A festa de Vargas” é a exceção que, talvez, confirme a regra. A sua ambientação no Rio do pós-Estado Novo, quando Getúlio estava em seu auge, abre espaços para que o leitor se digne a saber mais sobre a personagem nos períodos posteriores.

Mas todas essas obras deixam claro que Getúlio Vargas foi um homem de poder que, dentro do esquema narrativo do herói, terminou os seus dias com uma tragédia. E a carta testamento talvez seja o seu mais forte epitáfio. O Getúlio construído por essas obras é um predestinado.

É possível ver um diálogo entre “Agosto”, que mostra de forma mais crua o lado vulnerável do ditador, acossado por seus adversários e abandonado por correligionários, e “A festa de Vargas”, que o coloca como fonte de prestígio, tão forte a ponto de encobrir a tempestade que se avizinhava.

Já “O homem...” e “O silêncio...” se assemelham ao referenciar a biografia dos seus protagonistas na imagem do velho caudilho, só que um como drama e o

outro como farsa. O que justifica o ponto comum nas duas obras de que, após o suicídio do político, a vida de ambos cair na falta de propósito.

Esses quatro livros, todos romances históricos, que também estão disponíveis em versões eletrônicas reforçam a importância da figura de Getúlio Vargas para o imaginário brasileiro. Afinal, somente o Imperador Dom Pedro II pode rivalizar com essa personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou identificar as expressões de Getúlio Vargas a partir de sua participação como personagem em quatro romances brasileiros. As intenções secundárias era a de mensurar essa presença e de qualificar os seus modos de expressão.

As referências teóricas aqui perseguidas foram os textos de Roger Chartier e a de Hayden White. Do primeiro, tirou-se a influência e o poder derivado da própria existência do livro e a sua influência sobre a formação de novos leitores. Do segundo, procurou-se entender como a História, enquanto campo científico formata metodologicamente a sua narrativa.

A pesquisa foi promovida apenas no âmbito do portal eletrônico da Amazon. Os resultados mostraram que Getúlio Vargas é alvo dos mais diversos tratamentos literários, de livros de história a obras de caráter confessional. No entanto, foram localizados apenas quatro romances referenciados em seu nome.

Das quatro obras, duas são best-sellers e todas elas foram escritas por pessoas de renome e experimentadas nas letras, muito embora nenhuma seja historiadora ou, pelo menos, tenha formação na área.

A análise mostra que o grande chamariz da vida de Getúlio Vargas é o seu suicídio, mas muito desse interesse tem no seu poder político o seu principal chamariz, ou seja, o ex-presidente gaúcho tem apelo literário porque a sua trajetória pode ser facilmente enquadrada numa trajetória heroica, onde ascensão, auge e queda se sucedem.

REFERÊNCIAS

CANUTTI, W. A. **Getúlio Vargas em dois mundos**. Capivari: EME, 2006.

CARVALHO, A. C. P. "**Posso dar uma ideia? Cada um pega o livro que quer.**" **sobre a formação de leitores na sala de aula**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 168. 2015.

CARVALHO, F. A. L. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, vol. 9, n. 1, 2005. 143/165.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 5, n. 11, jan/abr 1991. 173/191.

CHARTIER, R. **A ordem do livro**. Brasília: UNB, 1998

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002b.

CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 24, n. 69, 2010. 7/30.

FONSECA, R. **Agosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FUKS, J. M. B. **História abstrata do romance**. Tese (Doutor em Letras) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 144. 2016.

LUCÁKS, G. **The historical novel**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

MARTINS, J. V. **História, literatura e representação: experimentações com o romance de Ariano Suassuna**. **História e Cultura**, Franca, vol. 5, n. 2, set. 2016. 75-95.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: Edusp, 2004.

PESAVENTO, S. T. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista da História das Ideias**, Coimbra, vol. 21, 2000. 33/57.

RODRIGUES FILHO, E. **O silêncio dos afinadores**. São Paulo: Amazon Digital Services LLC, 2016.

SILVESTRE, E. **A festa de Vargas**. São Paulo: Amazon Kindle, 2019.

SOARES, J. **O homem que matou Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, G. D. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1952.

VARGAS, G. D. **A política nacionalista do petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VASCONCELOS, A. F. **A verdade dispensa a verossimilhança: o fato e a ficção no romance histórico As minas de prata, de José de Alencar**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 163. 2011.

WHITE, H. **El contenido de la forma**. Barcelona: Paidós, 1992.

WHITE, H. **Meta História: a imaginação histórica do Século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992b.

WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.